

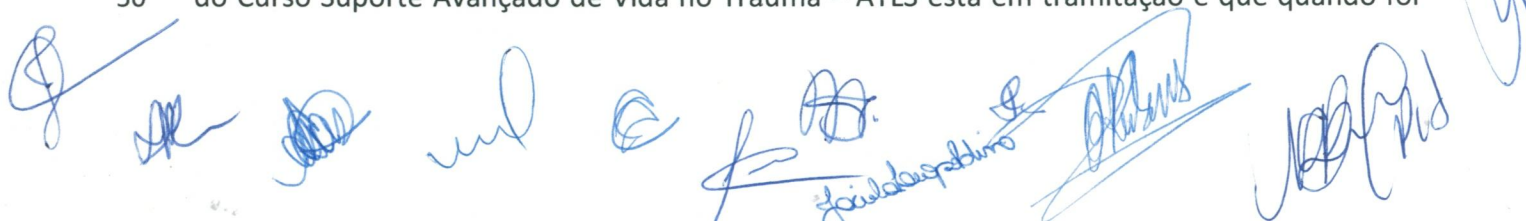
Superintendência de Educação na Saúde e Regulação do Trabalho
Diretoria da Escola Tocantinense do SUS Dr. Gismar Gomes
Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES/CIB-TO
Secretaria Executiva

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO – CIES

1 Às oito horas e quarenta e oito minutos de vinte e cinco de setembro de dois mil e quinze a
2 responsável pela Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão Intergestores Bipartite –
3 CIES/CIB-TO – Senhora Marluce Vasconcelos Calazans Pilger conduziu a quarta reunião
4 ordinária, com os seguintes representantes: **André Henrique Ribeiro/Titular – SPAS; Aurimar**
5 **Gonçalves Sousa/Suplente – DSEI/TO; Bárbara Vieira de Melo Alves Aguiar/Suplente – SESRT;**
6 **Ellys Symone Gomes de Arruda/Suplente – SPAS; Francisca Alves de Carvalho/Suplente – CEE;**
7 **Francisco Rubens Pereira Silva/Suplente – CIR Ilha do Bananal; Jaciela Margarida**
8 **Leopoldino/Suplente – CIR Capim Dourado; Joana Estela Rezende Vilela/Suplente – IE Privada**
9 **Técnica; Laudecy Alves do Carmo Soares/Titular – DETSUS; Lucione de Oliveira**
10 **Negre/Suplente – CIR Amor Perfeito; Maria da Conceição Nunes Brito/Suplente – COSEMS;**
11 **Maria José Neres da Silva/Titular – CIR Cerrado Tocantins Araguaia; Neirton José de**
12 **Almeida/Titular – CES; Nilton Vale Cavalcante/Titular – IE Pública Superior; Thélia Valente**
13 **Amorim/Suplente – CIR Sudeste; Valéria Viero Aquino de Barros/Titular – SVPPS.** Senhora
14 Marluce iniciou a reunião com a leitura dos itens de pauta: **1. Leitura, pactuação e aprovação**
15 **da pauta; 2. Observações de alterações e aprovação da ata da 3ª Reunião Ordinária de**
16 **04/08/2015; 3. Momento Formativo: Saúde do Trabalhador da Saúde – Expositor: Clebson**
17 **Miranda – GRT/SESRT; 4. Apresentação e Consensos: 4.1. Repactuação recursos financeiros**
18 **de PEP para Curso de Pós-graduação Lato Sensu em terapia Intensiva - Solicitante/Expositora:**
19 **Laudecy Alves do Carmo Soares – DETSUS/SESRT; 4.2. Repactuação recursos financeiros de**
20 **PEP para Aquisição do Curso Suporte Avançado de Vida no Trauma – ATLS -**
21 **Solicitante/Expositora: Laudecy Alves do Carmo Soares – DETSUS/SESRT; 4.3. Repactuação**
22 **de recursos financeiros de PEP para Confecção/Editoração/Publicação de Cartilha de**
23 **Educação Permanente - Solicitante/Expositora: Marluce Pilger – GEPCTI/DETSUS/SESRT; 5.**

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page]

24 **Apresentação e Esclarecimentos: 5.1. Sistema Integrado Saúde-Escola do Sistema Único de**
25 **Saúde – SISE-SUS - Solicitante/Expositora: Juliana Ramos Bruno – Presidente da Fundação**
26 **Escola de Saúde Pública – FESP/Palmas; 5.2. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.124, DE 04**
27 **DE AGOSTO DE 2015 – Institui as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de**
28 **Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), para o fortalecimento da integração entre ensino,**
29 **serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) - Solicitante/Expositora:**
30 **Laudecy Alves do Carmo Soares – DETSUS/SESRT; 6. Informes: 6.1. Novos Membros -**
31 **Solicitante/Expositora: Marluce Pilger – Responsável pela CIES. Solicitada inclusão de pauta**
32 **de item 6.2. I Congresso de Saúde Pública de Miracema do Tocantins - Solicitante/Expositora:**
33 **Marluce Vasconcelos Calazans Pilger – responsável pela CIES/CIB-TO e inversão de pauta**
34 **ficando o Momento Formativo para o final da reunião e troca dos itens 5.1 e 5.2. Pauta**
35 **aprovada com alterações. Passou-se ao item 2. Observações de alterações e aprovação da ata**
36 **da 3ª Reunião Ordinária de 04/08/2015. Ata aprovada sem alterações. Passou-se ao item 4.**
37 **Apresentação e Consensos: 4.1. Repactuação recursos financeiros de PEP para Curso de Pós-**
38 **graduação Lato Sensu em Terapia Intensiva - Solicitante/Expositora: Laudecy Alves do Carmo**
39 **Soares – DETSUS/SESRT. Senhora Laudecy justificou que no mês de agosto houve a**
40 **repactuação para realização do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Terapia Intensiva,**
41 **porém durante a articulação com a instituição, não houve a fala desta sobre o valor da taxa de**
42 **inscrição de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por aluno, totalizando o valor de 2.400,00**
43 **(dois mil e quatrocentos reais). Senhora Laudecy esclareceu que o curso será em Palmas, sendo**
44 **os docentes de fora do Estado e que todos os médicos são efetivos, sendo este um dos**
45 **apontamentos da Controladoria Geral do Estado, sendo acatada essa sugestão e substituído, os**
46 **dois médicos que eram contratados por outros efetivos. Proposta de repactuação**
47 **consensuada. Passou-se ao item 4.2. Repactuação recursos financeiros de PEP para Aquisição**
48 **do Curso Suporte Avançado de Vida no Trauma – ATLS - Solicitante/Expositora: Laudecy Alves**
49 **do Carmo Soares – DETSUS/SESRT. Senhora Laudecy colocou que o processo para Aquisição**
50 **do Curso Suporte Avançado de Vida no Trauma – ATLS está em tramitação e que quando foi**



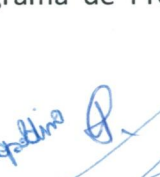
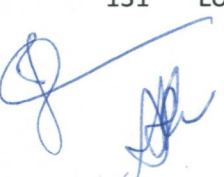
51 concluída o mapa de pesquisa de mercado verificou-se a necessidade de complementação
52 financeira. O curso foi pensado em 2013 com determinado valor e que houve já duas
53 repactuações e que o valor agora cotado é maior do que o que foi pensado inicialmente. A
54 proposta é repactuar o valor de R\$ 19.599,84 (dezenove mil quinhentos e noventa e nove reais
55 e oitenta e quatro centavos) para complementação. Proposta de repactuação consensuada.
56 Passou-se ao item **4.3. Repactuação de recursos financeiros de PEP para**
57 **Confecção/Editoração/Publicação de Cartilha de Educação Permanente -**
58 **Solicitante/Expositora: Marluce Pilger – GEPCTI/DETSUS/SESRT.** Senhora Marluce colocou
59 que a proposta de repactuação de recursos financeiros para a atividade de
60 Confecção/Editoração/Publicação de Cartilha de Educação Permanente. Disse sobre a
61 dificuldade de estar em todos os municípios para fomentar a Política Nacional de Educação
62 Permanente em Saúde e que a produção deste material didático sobre Educação Permanente
63 é para atender os municípios do Tocantins com os objetivos de fortalecer os municípios no
64 desenvolvimento da Educação Permanente e estimular a ampliação de Núcleos de Educação
65 Permanente nos municípios. O valor para a atividade é de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos
66 reais). Proposta de repactuação consensuada. Passou-se ao item **5. Apresentação e**
67 **Esclarecimentos: 5.2. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.124, DE 04 DE AGOSTO DE 2015 –**
68 **Institui as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-**
69 **Saúde (COAPES), para o fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade**
70 **no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) - Solicitante/Expositora: Laudecy Alves do Carmo**
71 **Soares – DETSUS/SESRT.** Senhora Laudecy colocou que no dia 04 de agosto o Ministério da
72 Educação juntamente com o Ministério da Saúde publicou Portaria Interministerial que institui
73 as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde
74 (COAPES), para o fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito
75 do Sistema Único de Saúde (SUS). Disse sobre a importância e necessidade dela para
76 implementação do serviço no Estado, para o fortalecimento dessa integração. Colocou,
77 também, que dia 29/09, às 09h30min uma web conferência com pessoas do Ministério para



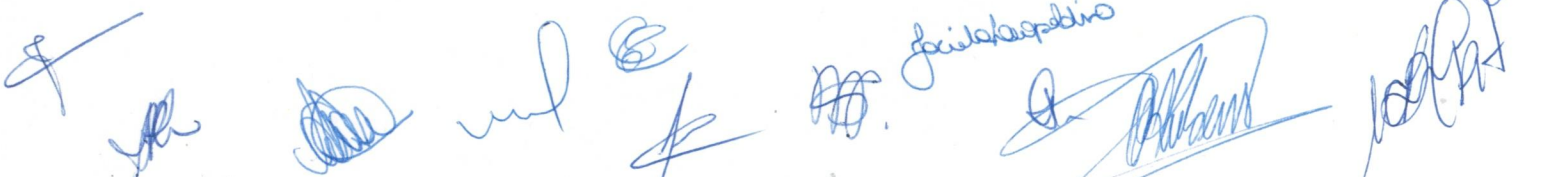
78 esclarecer algumas dúvidas. Salientou que o Estado, por meio da Superintendência de
79 Educação na Saúde e Regulação do Trabalho/Escola Tocantinense do SUS Dr. Gismar Gomes já
80 faz essa regulação dos estágios nas unidades de saúde de gestão estadual. Senhor Nilton – IE
81 Público Superior colocou sobre a importância para quem representa as Comissões
82 Intergestores Regionais – CIR e que o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde - COSEMS
83 tem que estar presente nesse processo e que se os municípios não se apropriarem do COAPES,
84 eles irão ter dificuldade para construir. Coloca que o SUS é local de campo de prática da
85 formação dos profissionais de saúde e a necessidade de se trabalhar mais na CIES e nas CIRs
86 essa temática. Consensuado a proposta de trazer a referida Portaria para o próximo momento
87 formativo da CIES. Senhora Marluce colocou a importância dos representantes de CIR levarem
88 a Portaria para suas regiões, ler e discutir, para que na próxima reunião possa trazer as dúvidas
89 e que o COAPES descreve a CIES como colaboradora desse processo de construção. Senhor
90 Nilton exemplifica o Internato Rural como um contrato entre Universidade e município e que o
91 quê COAPES traz de novo é que passa a envolver o Estado e que passa a regulamentar os
92 estágios à luz de um único documento. Passou-se ao item **5.1. Sistema Integrado Saúde-Escola**
93 **do Sistema Único de Saúde – SISE-SUS - Solicitante/Expositora: Juliana Ramos Bruno –**
94 **Presidente da Fundação Escola de Saúde Pública – FESP/Palmas.** Senhora Juliana colocou que
95 o município de Palmas tem a experiência da consolidação desde 2013 do Sistema Integrado
96 Saúde-Escola do SUS – SISE-SUS e que na última reunião do SISE foi orientado que pudesse
97 trazer para a CIES como funciona esse sistema para que os municípios e regiões possam
98 visualizar como pode ser o processo de consolidação do COAPES nas regiões de saúde. Senhora
99 Juliana disse que o Estado, o município de Palmas, e alguns outros municípios, tem avançado
100 bastante na integração ensino-serviço-comunidade. Continuou dizendo que diante da
101 necessidade de criar um espaço legítimo de discussão ampliada, a Secretaria Municipal de
102 Saúde de Palmas instituiu o SISE por meio de portaria e que atualmente regulamentado por
103 meio de decreto municipal. Senhora Juliana colocou que essa experiência de discussão coletiva
104 melhorou as relações com as instituições de ensino e esclareceu melhor os papéis destas, da



105 secretaria municipal de saúde e dos trabalhadores de saúde. Disse que uma das questões
106 apontadas pelo colegiado foi a necessidade de residências em saúde e que atualmente as
107 residências ofertadas pelo município de Palmas são frutos dessa discussão, desta necessidade.
108 Passou-se ao item **6. Informes: 6.1. Novos Membros - Solicitante/Expositora: Marluce Pilger**
109 **– Responsável pela CIES.** Senhora Marluce informou os novos membros da comissão, sendo:
110 do Distrito Sanitário Especial Indígena, as Senhoras Ivaneizilia Ferreira Noletto Alves e Aurimar
111 Gonçalves Sousa, respectivamente titular e suplente; e da CIR Cerrado Tocantins Araguaia a
112 Senhora Kelma de Sousa França como suplente. Passou-se ao item **6.2. I Congresso de Saúde**
113 **Pública de Miracema do Tocantins - Solicitante/Expositora: Marluce Vasconcelos Calazans**
114 **Pilger – responsável pela CIES/CIB-TO.** Senhora Marluce divulgou o I Congresso de Saúde
115 Pública de Miracema do Tocantins com inscrições abertas para apresentação de trabalhos até
116 05/10/2015. O evento ocorrerá dias 26 e 27 de outubro de 2015 no campus da UFT de
117 Miracema. Passou-se ao item **3. Momento Formativo: Saúde do Trabalhador da Saúde –**
118 **Expositor: Clebson Miranda – GRT/SESRT.** Senhor Clebson apresentou a Política de Saúde dos
119 Trabalhadores da SESAU - Decreto Nº 4.210/2010. Disse que as diretrizes básicas
120 compreendem um conjunto de medidas e ações que visam promover, prevenir e intervir no
121 processo saúde-adoecimento dos servidores e que os documentos base para construção do
122 Decreto são a Política Nacional de Humanização; Política Nacional de Saúde dos Trabalhadores
123 do SUS; Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e Normas Regulamentadoras do
124 Ministério do Trabalho e Emprego – 32 NR. Disse que os princípios são a universalidade, a
125 gestão participativa e corresponsável, o processo de educação permanente, a integralidade de
126 assistência, a humanização dos métodos de Trabalho e a sistematização das informações. Tem
127 como estratégias, segundo Senhor Clebson, divulgar, implantar, monitorar e assessorar,
128 articular ações de assistência com as ações de vigilância, propiciar troca de saberes,
129 integralidade de assistência e implementar novas concepção sobre saúde e segurança. Senhor
130 Clebson discorreu sobre cada um dos instrumentos da Política, a saber: COLSAT - Comissão
131 Local de Saúde do Trabalhador; Mapa de Risco – MR; Programa de Prevenção de Riscos

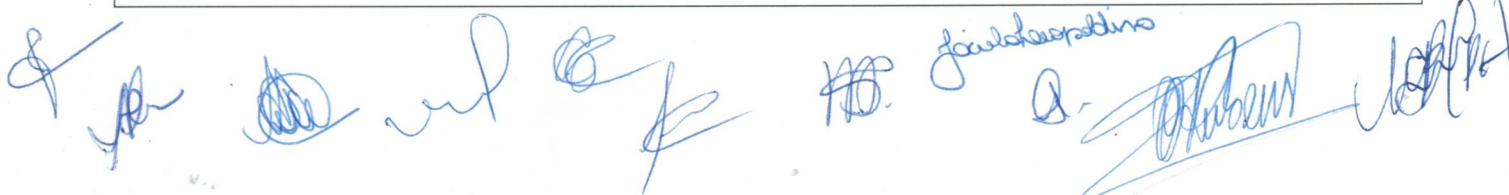


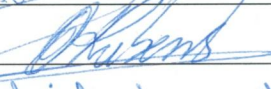
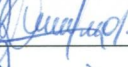
132 Ambientais – PPRA; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO; Programa
133 de Qualidade de Vida - PQV; Ergonomia e Ambiência; e Protocolo de Atendimento ao
134 Trabalhador Vítima de Acidentes de Trabalho com Material Biológico – Protocolo de ATMB.
135 Pontuou as reponsabilidades e atribuições que compete à Superintendência de Educação na
136 Saúde e Regulação no Trabalho/Assessoria de Saúde no Trabalho, à Gestão das Unidades
137 Administrativas e à Equipe Técnica de Saúde do Trabalhador. Senhor Clebson apresentou o
138 status atual da Política de Saúde do Trabalhador nas Unidades de Saúde sob gestão estadual e
139 as ações desenvolvidas neste ano pela Assessoria. Alguns membros da Comissão colocaram
140 sobre a situação dos trabalhadores de saúde de seus municípios, a dificuldade de amparo e
141 apoio nessa área. Senhora Maria da Conceição – CIR Cantão expôs situação da unidade
142 hospitalar do município de Cristalândia onde os servidores são todos efetivos e Senhora
143 Bárbara – GRT/SESRT colocou que a Política é de Saúde dos Trabalhadores da Secretaria de
144 Estado da Saúde, pensada para atender os setores da saúde do Estado, mas que a assessoria
145 faz apoio técnico aos municípios, no sentido até de assessorar a construção de uma política
146 própria. Exemplificou que o Tribunal de Contas do Estado - TCE manifestou interesse em
147 implantar a COLSAT e que eles precisavam de apoio e então foi feito parceria e que o curso de
148 formação foi realizado com o Laboratório Central - LACEN em dois módulos de 20 (vinte) horas,
149 pois pelo decreto o TCE não está contemplado. Senhor Nilton colocou a discussão traz dois
150 caminhos, que um seria cada município ter sua própria política e ressaltou que há muitos
151 servidores estaduais cedidos aos municípios e que quanto mais servidores do próprio
152 município, mais fácil para implantar uma política para os trabalhadores. Colocou que o principal
153 é o que podemos fazer pela saúde do trabalhador do Tocantins, como se está trabalhando
154 aspectos como assédio moral, pensar em como enquanto gestor e profissionais podemos fazer
155 para melhorar a saúde do trabalhador independente das portarias e política. Alguns membros
156 ainda colocaram sobre questões como ergonomia e acidente de trabalho. Senhora Bárbara
157 informou à Senhora Jaciela – CIR Capim Dourado que a Assessoria da Saúde do trabalhador
158 construiu conjuntamente com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST o



159 protocolo que está implantado nas unidades de saúde. Senhor Neirton – CES retificou a fala do
160 Senhor Nilton sobre tantas legislações criadas e poucas ações realizadas em prol do trabalhador
161 e disse sobre a necessidade de encontrar mecanismos em todas as esferas governamentais e
162 empresas para dar uma resposta aos trabalhadores. Senhora Bárbara colocou que o decreto de
163 dezembro de 2010 foi construído de forma coletiva, que iniciou em 2008, finalizou em 2009,
164 passou um ano na casa civil para publicação enfatizando a morosidade e expôs a dificuldade
165 que o setor encontra de se trabalhar com cortes de verbas. Senhor Nilton colocou sobre a
166 intencionalidade das reuniões que acontecem sobre qual objetivo, qual a intencionalidade de
167 se discutir determinados assuntos como os tratados nos momentos formativos desta comissão,
168 e a necessidade de se propor em que a comissão pode contribuir. Senhora Marluce colocou
169 que, muitas coisas não têm como ser respondida pela comissão, mas que a intenção do
170 momento formativo também, para além da discussão, é sensibilizar e provocar, pois dele
171 surgem contatos, os municípios passam a procurar mais informações, a buscar. Senhora Juliana
172 Bruno – FESP/Palmas colocou que vê múltiplos propósitos, entre eles conseguir entender e
173 visualizar dentre tudo o que é apresentado, quais são nossas demandas e até demandas
174 educativas, exemplificando em como, por exemplo, inserir a saúde do trabalhador nas
175 discussões das instituições de ensino, no internato rural. Disse que o momento formativo traz
176 as peculiaridades como um start, justamente para conseguir enxergar em como vou sair daqui
177 agora, o que eu vou fazer para mudar esse cenário no município, nas regiões, nas instituições.
178 Senhor Nilton sugestionou que a ata das reuniões desta Comissão seja mais enxuta e que o
179 conteúdo aponte as reflexões das discussões. Senhora Marluce pontuou que os
180 encaminhamentos quando há constam em ata e que busca a fidedignidade das falas. A reunião
181 foi encerrada às dez horas e cinquenta e cinco minutos e eu, Marluce Vasconcelos Calazans
182 Pilger, responsável pela Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão Intergestores
183 Bipartite do Estado do Tocantins – CIES/CIB-TO lavrei esta ata que após aprovada será assinada
184 pelos membros presentes nesta reunião.

MEMBROS DA CIES PRESENTES NA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIES/CIB-TO



25/09/2015	
André Henrique Ribeiro	
Aurimar Gonçalves Sousa	
Bárbara Vieira de Melo Alves Aguiar	
Ellys Symone Gomes de Arruda	
Francisca Alves de Carvalho	
Francisco Rubens Pereira Silva	
Jaciela Margarida Leopoldino	Jaciela Margarida Leopoldino
Joana Estela Rezende Vilela	
Laudecy Alves do Carmo Soares	
Lucione de Oliveira Negre	Lucione de Oliveira Negre
Maria da Conceição Nunes Brito	
Maria José Neres da Silva	
Neirton José de Almeida	
Nilton Vale Cavalcante	Nilton Vale Cavalcante
Thélia Valente Amorim	
Valéria Viero Aquino de Barros	Valéria Viero Aquino de Barros